

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) FERNANDA RICARDO DA SILVA

AS AÇÕES DA CHINA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ (1990-2015)  
A LUZ DOS CONCEITOS DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL

Rio de Janeiro

2019

CEMOS 2019

AS AÇÕES DA CHINA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ (1990-2015)  
A LUZ DOS CONCEITOS DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Emílio Reis Coelho

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha filha, Maria Fernanda, pela tolerância face às omissões e às ausências, durante o período de elaboração desta dissertação.

Aos meus pais, pelo apoio irrestrito e pela luta comigo em todas as minhas batalhas, pelo caráter que me ensinaram e pelos valores que me passaram.

À minha irmã, Nivia Carla, pelo apoio nas minhas ausências e pela motivação.

Ao Capitão de Fragata Emílio Reis Coelho, meu orientador, pela sua disponibilidade desde o início, e pelas suas motivações e orientações oportunas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos do CEMOS 2019, pelo apoio e amizade ao longo do curso.

A Deus por permitir que mais este desafio seja superado.

## RESUMO

A ascensão da economia chinesa tem intensificado as ações desse Estado no continente africano em busca do acesso aos recursos naturais estratégicos, em especial, o petróleo. Em virtude desse fato, os interesses da China têm-se voltado, potencialmente, na África Subsaariana, com destaque, no Golfo da Guiné, região rica em recursos energéticos não renováveis. O propósito deste trabalho é analisar se as ações da China na África, no que diz respeito aos interesses chineses pelo petróleo nos Estados do Golfo da Guiné, estão sendo conduzidas de acordo com as teorias realista ou liberal. Para atingir o propósito, o trabalho foi apoiado em pesquisas bibliográfica e documental atinentes às teorias supracitadas e às ações da China no Golfo da Guiné, no período compreendido entre 1990 e 2015. Após confrontar as teorias com a realidade, concluiu-se que a China exerce uma política externa de integração com os Estados ricos em petróleo do Golfo da Guiné, aproximando-se da Teoria Liberal, por outro lado, efetua ações, que proporcionam o fortalecimento do seu poder na região, como uma forma de salvaguarda, coadunando-se, nesse aspecto, com a teoria realista. Dessa forma, as teorias das relações internacionais estão sendo complementares e não excludentes, no que diz respeito às ações empreendidas pela China na região do Golfo da Guiné.

**Palavras-chave:** África. Golfo da Guiné. China. Teoria Realista. Teoria Liberal. Petróleo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região do Golfo da Guiné.....	51
Figura 2 – Produção de Petróleo na Angola e Nigéria.....	52
Figura 3 – Maiores Consumidores de Petróleo e Gás.....	53
Figura 4 – Proporção de Distribuição das Populações Cidade-Campo.....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE –	Agência Internacional de Energia
CGG –	Comissão do Golfo da Guiné
CNOOC –	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNPC –	<i>China National Petroleum Corporation</i>
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
NNPC –	<i>Nigerian National Petroleum Corporation</i>
NPDC –	<i>Nigerian Petroleum Development Company Limited</i>
ONU –	Organização das Nações Unidas
OPEP –	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA –	Organização da Unidade Africana
PCC –	Partido Comunista Chinês
SINOPEC –	<i>China Petroleum and Chemical Corporation</i>
SONANGOL –	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UA –	União Africana

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS REALISTA E LIBERAL E A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO.....</b>	<b>9</b>
2.1	A Perspectiva da Teoria Realista.....	9
2.2	A Perspectiva da Teoria Liberal.....	12
2.3	Uma Análise da Importância do Petróleo nas Relações Internacionais.....	14
<b>3</b>	<b>A INSERÇÃO HISTÓRICA DO GOLFO DA GUINÉ NO SISTEMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>18</b>
3.1	Uma Análise da História do Continente: a Descolonização Africana.....	18
3.2	A Organização da Unidade Africana e a União Africana.....	20
3.3	A Inserção Internacional do Golfo da Guiné.....	21
3.3.1	A Comissão do Golfo da Guiné.....	22
3.3.2	A Importância da Região do Golfo da Guiné.....	23
<b>4</b>	<b>OS INTERESSES E A MOVIMENTAÇÃO DA CHINA EM DIREÇÃO AO PETRÓLEO NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ (1990 A 2015).....</b>	<b>26</b>
4.1	Uma Breve Análise sobre a China e o Relacionamento com a África.....	27
4.2	A China em Angola.....	31
4.3	A China na Nigéria.....	32
4.4	A Exploração do Petróleo e o Desenvolvimento da Região do Golfo da Guiné.....	34
<b>5</b>	<b>AS AÇÕES DA CHINA NO GOLFO DA GUINÉ A LUZ DOS CONCEITOS DAS TEORIAS LIBERAL E REALISTA.....</b>	<b>37</b>
5.1	Os Interesses da China no Golfo da Guiné na Perspectiva Realista.....	38
5.2	Os Interesses da China no Golfo da Guiné na Perspectiva Liberal.....	41
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>51</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Alguns acontecimentos trouxeram maior proximidade entre a China e a África no início da década de 1990. Um exemplo é o episódio da Praça da Paz Celestial na China, em 1989, a maior manifestação popular contra o Partido Comunista Chinês (PCC), em que o governo chinês utilizou a força para suprimir o protesto. A China foi criticada por vários Estados e organizações, em diversos aspectos, principalmente naqueles voltados para o respeito aos direitos humanos. Os Estados africanos a apoiaram, por se identificar com o Estado chinês, no que tange às questões políticas internas.

Outro acontecimento, de maior significado para este trabalho, que contribuiu fortemente para a aproximação entre a China e a África, foi o fato de, no início da década de 1990, a produção de petróleo na China não atender mais ao aumento das necessidades do Estado, em virtude do acelerado crescimento econômico chinês, apoiado em atividades de alto consumo de energia, voltadas para o desenvolvimento da indústria, da construção e da manutenção de infraestruturas, de acordo com Sébille-Lopez (2006).

O propósito deste trabalho é analisar as ações da China na África no que diz respeito aos interesses chineses pelos recursos naturais dos Estados do Golfo da Guiné, importante região da África Subsaariana, composta por grandes produtores de petróleo, tais como Angola e Nigéria, sendo a região um dos pontos de partida dos fluxos petrolíferos para a China. Em síntese, o presente trabalho propõe-se a analisar como as ações da China, no período de 1990 até 2015, estão sendo conduzidas na região do Golfo da Guiné diante de suas necessidades por recursos energéticos, em especial, o petróleo. Estariam essas ações sendo realizadas em sintonia com a teoria liberal ou com a teoria realista das relações internacionais?

A relevância do tema fundamenta-se na contribuição para o entendimento das relações internacionais envolvendo o continente africano, assim como na compreensão das ações dos Estados em busca de recursos naturais não renováveis, e na importância estratégica



da região do Golfo da Guiné.

Para ascender ao objetivo, a metodologia empregada nesta dissertação é um estudo comparativo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, com a aplicação das teorias realista e liberal.

No segundo capítulo serão apresentadas a fundamentação teórica deste trabalho, discorrendo sobre as teorias realista e liberal, bem como a importância do petróleo nas discussões a respeito das relações internacionais.

No terceiro capítulo será apresentada a contextualização histórica da região do Golfo da Guiné, destacando os Estados que fazem parte da região e o motivo pelo qual essa área vem se destacando no continente africano e nas relações internacionais.

No quarto capítulo serão analisados os interesses da China na África e a sua movimentação em direção aos recursos naturais do continente africano, em especial, a região do Golfo da Guiné, no período de 1990 até 2015. A análise será feita por meio da compreensão das ações realizadas pela China na região.

No quinto capítulo será feita a análise das ações da China na região do Golfo da Guiné, no período de 1990 a 2015, apresentadas no capítulo 4, a luz das teorias realista e liberal demonstradas no capítulo 2.

Por último, serão apresentadas as conclusões de acordo com a análise feita no capítulo 5, bem como sugestões para estudos futuros complementares a este.

## **2 ABORDAGEM DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS REALISTA E LIBERAL E A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO**

As teorias das relações internacionais foram desenvolvidas pelos cientistas políticos a fim de aprimorar o entendimento na área. São muitas as teorias nesse campo de estudo. Este trabalho apresentará duas das mais destacadas teorias das relações internacionais: o realismo e o liberalismo. Nessa abordagem foram apresentadas, na perspectiva da teoria realista, as ideias de Hobbes (2006) e Morgenthau (2003). E, na perspectiva da teoria liberal, os pensamentos de Kant (2008) e Wilson (1918).

Por meio das duas visões teóricas, realista e liberal, as relações internacionais podem ser vistas de formas diferentes. Cabe ressaltar, que se tratam de relações complexas, somente por meio de uma só teoria não, necessariamente, consegue-se entender tudo o que ocorre na história.

Após a apresentação de cada uma das perspectivas teóricas realista e liberal, será feita uma análise da importância do petróleo nas relações internacionais. De acordo com Barros (2007), o petróleo tem sido a principal matriz energética há mais de um século, sendo capaz de determinar, inclusive, a política nacional e outros aspectos importantes das relações internacionais.

### **2.1 A Perspectiva da Teoria Realista**

Hobbes (2006) afirmou que o homem, em seu estado de natureza, tem o direito de se preservar utilizando, se necessário, da violência. Nesse caso, Mingst e Arreguín-TOFT (2014) destacaram que esse raciocínio seria válido, também, para todos os Estados do sistema

internacional. Para Hobbes<sup>1</sup> (2006), a única forma para que não ocorresse a guerra perpétua, em cada Estado, seria a existência de um deus mortal com muito poder e com capacidade de inibir todos os demais indivíduos, seria o chamado leviatã. A essa pessoa seria atribuído um poder absoluto, soberano, com a finalidade de todos viverem em paz uns com os outros, bem como serem protegidos do restante dos homens.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um dos teóricos que se destacou abordando a teoria realista foi Hans Morgenthau. Conforme apresentaram Mingst e Arreguín-Toft (2014), Morgenthau descreveu que o sistema internacional tem como característica a disputa por poder, disputa essa entendida por meio da perspectiva de três níveis: do indivíduo, que é falho, e luta pela sua autopreservação no Estado de natureza; do Estado autônomo que luta para conservar o interesse nacional, por meio de constantes lutas ou do equilíbrio de poder; e de um sistema internacional anárquico. Segundo Morgenthau (2003), o equilíbrio de poder seria a forma mais eficaz para administrar os interesses de cada Estado.

Uma das obras clássicas de Morgenthau (2003), a política entre as nações, propõe um estudo das relações entre os Estados, tornando-se referência no que diz respeito ao pensamento da teoria realista. O objetivo de Morgenthau (2003) foi apresentar uma teoria sobre a política internacional.

De acordo com Morgenthau (2003), o Realismo Político apoia-se em seis princípios: a política e a sociedade em geral são governadas por leis objetivas com raízes na natureza humana; o conceito de interesse é definido em termos de poder (os políticos agem e pensam com base nessa ideia); esse conceito é objetivo e universalmente válido porém não significa que seja fixo e permanente; os princípios morais são aplicados às ações dos Estados, porém devem ser filtrados de acordo com as circunstâncias concretas; preocupa-se em não identificar as aspirações morais de um Estado com as leis morais que governam o universo,

---

<sup>1</sup> Hobbes escreveu sua obra em um período de forte turbulência na história: a guerra dos trinta anos ocorrida entre 1618 e 1648 e as guerras civis inglesas entre 1641 e 1651. (MINGST, 2014)

distinguindo a verdade da opinião e da idolatria; e, por último, a profunda diferença entre o realismo político e as demais escolas de pensamento existentes.

Como poder entende-se o controle do homem sobre mentes e ações de outros homens. O poder político refere-se às relações mútuas de controle entre as autoridades públicas e entre esses últimos e o povo (MORGENTHAU, 2003).

No que diz respeito aos fatores que explicam o poder de um Estado comparado ao de outro, Morgenthau (2003) revela como elementos do poder nacional: a geografia; os recursos naturais; as matérias-primas; a capacidade industrial; o grau de preparação militar; a população; a índole nacional; o moral nacional; a qualidade da diplomacia; e a qualidade do governo.

Quando se analisa os recursos de poder à disposição do Estado, deve-se considerar não apenas o poder potencial de um Estado, mas o seu poder efetivo. Por exemplo, um Estado pode possuir um potencial considerável de reservas petrolíferas, porém, se não possuir capacidades tecnológica e econômica para a exploração desses recursos, esses não serão aproveitados pela população do Estado. O potencial de poder geográfico é menor ou maior considerando-se os seus recursos naturais. Possuir apenas uma área geográfica extensa, mas que não possua recursos naturais, diminui, consideravelmente, o potencial de poder desse Estado com fontes naturais de poder.

De acordo com os estudos de Morgenthau (2003), os recursos naturais exercem forte influência sobre o poder de uma nação. Com o surgimento do petróleo e a importância atribuída a tal matéria-prima, o poder relativo dos Estados foi alterado. Morgenthau (2003) cita, como exemplo, os campos petrolíferos da península arábica. O controle desses campos petrolíferos é um fator primordial na distribuição de poder, os Estados que conseguem obtê-los, acrescentando-os às suas fontes de matéria-prima já existentes, estará “adicionando igual parcela de força às suas próprias fontes e reduzindo proporcionalmente a de seus competidores” (MORGENTHAU, 2003, p, 226).

Mingst e Arreguín-Toft (2014), exemplificando, o pensamento teórico de Morgenthau, discorre que o Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos são exemplos de Estados exportadores de petróleo, porém com uma extensão geográfica muito pequena. Pelo fato de serem detentores de um recurso natural essencial para a sobrevivência dos Estados, têm um potencial de poder muito maior, caso fosse considerada a análise apenas da perspectiva de seus tamanhos. O fato de não ter recursos naturais, não significa por si só ausência de poder. Estados como o Japão, por exemplo, que não é rico em recursos naturais, comercializam outros recursos de poder para tornar-se uma potência.

O máximo de poder nacional obtido não está na ideia do Estado ser rico em recursos naturais, de possuir o grau mais alto de preparação militar ou ter a maior população mundial. O poder nacional máximo será alcançado quando esses elementos estiverem harmonizados uns com os outros, na medida certa e suficientes, nas proporções corretas para cada Estado (MORGENTHAU, 2003).

De acordo com os aspectos da teoria realista apresentada por Morgenthau (2003), os Estados agem para preservar ou para aumentar o seu poder nacional, com base nos seus interesses. Essa aspiração pelo poder por parte dos Estados, para manter ou alterar o *status quo*<sup>2</sup>, levará necessariamente ao equilíbrio de poder ou às políticas que tenham como objetivo o alcance ou a preservação desse equilíbrio. Essa balança de poder seria o ponto estabilizante e necessário nas sociedades de nações soberanas. Sem esse equilíbrio, um Estado teria ascendência em relação aos demais, passando por cima dos interesses e direitos desses Estados, podendo até mesmo destruí-los.

## 2.2 A Perspectiva da Teoria Liberal

---

<sup>2</sup> Definido como a manutenção da distribuição do poder existente em determinado momento.

De acordo Mingst e Arreguín-Toft (2014), as raízes da teoria liberal estão no idealismo iluminista do século XVIII, no liberalismo político e econômico do século XIX e no pensamento do presidente americano Woodrow Wilson no século XX.

O pensamento Kantiano constitui como um dos mais importantes na crença iluminista. Immanuel Kant viveu no período de 1724 a 1804, época de grandes mudanças na política mundial, em virtude de diversos acontecimentos, tais como a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789).

Kant (2008) listou os artigos preliminares para o alcance da paz perpétua entre os Estados: o tratado de paz deve ser cumprido e honrado de acordo com as regras; o Estado independente não é patrimônio de outro Estado, não podendo ser adquirido, doado ou trocado; com o tempo, os exércitos permanentes devem desaparecer, por tratar-se de uma ameaça aos outros Estados; um Estado não deve fazer dívidas em relação a interesses externos, ter os meios é uma facilidade para fazer a guerra, dada a natureza humana do homem; nenhum Estado deve intrometer-se empregando a força em outro Estado, pois a soberania dos Estados deve ser respeitada; e, por último, os Estados em situação de guerra devem respeitar regras mínimas, caso contrário, acabariam em uma guerra de extermínio.

Seguindo esse pensamento teórico liberal, Kant (2008) aponta como um artigo definitivo para a paz perpétua, que o direito internacional deve estar fundado no federalismo composto por Estados livres. Tratar-se-ia de um contrato mútuo entre os Estados que Kant (2008) chamou de liga de povos, que se uniriam por objetivos e compromissos comuns. A ação coletiva – uma federação de Estados – poderia superar a anarquia internacional, sem que fossem alteradas as soberanias de cada membro. Ele considera que os Estados agem de acordo com seus próprios interesses. A interação entre esses Estados, mesmo com interesses próprios, conduz em direção a uma zona de paz em expansão.

No século XX, o Presidente americano Woodrow Wilson, em 1918, apresentou ao

congresso americano, na tentativa de acabar com a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), os pontos que, de acordo com seu idealismo, a guerra poderia ser evitada. Autor do pacto da Liga das Nações, Wilson (1918) propôs 14 pontos para o programa da paz mundial. O décimo quarto ponto, para uma ordem internacional pacífica, anunciava a criação da Liga das Nações cujo objetivo era proporcionar garantias mútuas de independência política e integridade territorial aos Estados. A guerra poderia ser evitada por meio da ação coletiva dos Estados.

Mais da metade das cláusulas na Liga das Nações proposta por Wilson estava atrelada à prevenção da guerra. O conceito de segurança coletiva foi inserido no sentido de que caso um Estado agredisse outro, haveria uma reação coletiva personificada por uma Liga das Nações (MINGST e ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Nessa perspectiva, argumenta-se que é muito mais coerente, para os Estados, convergirem os seus interesses divergentes, trabalhando em conjunto uns com os outros, ressaltando-se, a importância das instituições internacionais, a fim de chegar aos fins desejados. Essa estratégia da cooperação tende a desestimular o conflito.

### **2.3 Uma Análise da Importância do Petróleo nas Relações Internacionais**

O petróleo exerce um papel de suma importância no que diz respeito à segurança energética mundial. De acordo com Binsztock *et al* (2012), em virtude de o sistema energético internacional ter alcançado uma grande dependência do petróleo ao longo dos últimos séculos, essa fonte de energia transformou-se em um recurso natural geopolitizado. O petróleo vem sendo um dos focos principais das relações internacionais, sendo, em algumas vezes, o cerne de conflitos armados.

A importância geopolítica do petróleo é manifestada de várias formas, tais como a disputa pelo controle de sua exploração diretamente relacionada com extração, refino, meios de transporte, questões de segurança marítima, entre outras coisas, conforme Barros (2007). As

empresas internacionais de petróleo, tanto privada quanto pública, estão entre as mais poderosas do mundo, por operarem com uma *commodity*<sup>3</sup> de grande destaque para a economia internacional.

Em 1960 foi instituída a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Essa Organização foi criada com a finalidade de coordenar, de forma centralizada, as ações políticas e econômicas do petróleo dos Estados membros, fortalecendo, consideravelmente, o peso das ações desses Estados no cenário mundial. Mingst e Arreguín-Toft (2014) afirmam que em 2014 os membros da OPEP juntos produziam entre 40% e 45% do petróleo de todo o mundo.

De acordo com Binsztock, *et al* (2012), a interdependência entre os Estados consumidores e os Estados produtores de petróleo consolidou-se, inicialmente, como a mais destacada estratégia nacional para garantir a segurança energética mundial. A Agência Internacional de Energia (AIE) define segurança energética da seguinte forma:

A AIE define segurança energética como a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível. A segurança energética tem muitos aspectos a segurança energética a longo prazo lida principalmente com investimentos oportunos para fornecer energia de acordo com os desenvolvimentos econômicos e as necessidades ambientais. Por outro lado, a segurança energética de curto prazo concentra-se na capacidade do sistema energético de reagir prontamente a mudanças repentinas no equilíbrio entre oferta e demanda (*INTERNACIONAL ENERGY AGENCY*, Tradução nossa).<sup>4</sup>

O auge dessa interdependência foi observado após a Segunda Guerra Mundial. Em virtude dos choques de petróleo ocorridos na década de 1970, essa interdependência trouxe insegurança para os Estados que dependiam da importação de petróleo. Pode-se dizer, como afirmam Binsztock *et al* (2012), que, diante dos choques do petróleo, o mundo revelou-se

---

<sup>3</sup> Produto de origem primária com grande valor no mercado mundial.

<sup>4</sup> The IEA defines energy security as the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price. Energy security has many aspects: long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs. On the other hand, short-term energy security focuses on the ability of the energy system to react promptly to sudden changes in the supply-demand balance. (*INTERNACIONAL ENERGY AGENCY*)



sensível e vulnerável aos movimentos político e econômico associados a essa *commodity*.

A fim de garantir a segurança nacional dos Estados, determinadas *commodities* são consideradas vitais pelos Estados. Dessa forma, entende-se a grande preocupação, por parte dos Estados, de que a disponibilidade e os preços dessas *commodities* estejam estáveis.

Após os choques de petróleo ocorridos em 1974 e 1979, os Estados, importadores, começaram a pensar como melhorar sua segurança energética. O pensamento geral que se destacou foi a ideia da diversificação. Esse raciocínio se perpetua como uma forte estratégia a ser explorada, como afirmam Binsztock *et al* (2012).

Morgenthau (2003), em uma análise a respeito dos choques de petróleo, afirmou que enquanto os Estados da OPEP cooperarem entre eles em condições desfavoráveis para os Estados consumidores, e não houver uma competição efetiva para a obtenção de novos mercados ou para vantagens políticas, esses Estados continuarão impondo quaisquer condições aos consumidores de petróleo.

Destacando-se o olhar para o ponto de vista dos consumidores (importadores) de petróleo, a segurança energética melhor sugerida seria produzir a energia de um Estado por meio de maior diversidade possível de fontes e, se possível, explorar o máximo que se possa de recursos energéticos próprios. Muitos Estados, então, a partir de meados da década de 1970, buscaram novos fornecedores de petróleo e, até mesmo, desenvolveram fontes alternativas de energia, quando possível.

Quanto à exploração máxima dentro de seu próprio território, pode-se dizer que a autossuficiência é dificilmente encontrada, pelo fato de a distribuição de recursos naturais mundial, em especial aqueles que são fontes de energia, ser bastante desigual.

Para concluir este capítulo é importante ressaltar que os Estados não vivem independentes uns dos outros. Por meio das teorias realista e liberal, foi visto que é necessário a interação entre os Estados, cada uma com as suas próprias perspectivas sobre o assunto.

Alguns Estados são mais vulneráveis e, conseqüentemente, mais dependentes, comparados a outros.

Os recursos energéticos, com destaque para o petróleo, são um dos fatores primordiais para a sobrevivência e o desenvolvimento do Estado. Trata-se de um elemento essencial, não somente na atividade econômica, mas também com repercussão em outras áreas, como saúde, educação, alimentação, transporte e habitação.

### **3 A INSERÇÃO HISTÓRICA DO GOLFO DA GUINÉ NO SISTEMA INTERNACIONAL**

De acordo com Visentini *et al* (2013), a África é um dos continentes mais extensos, ocupando 20% da superfície terrestre. São 54 Estados independentes. Aproximadamente 800 grupos étnicos, com suas próprias línguas e culturas, estão distribuídos, de maneira não uniforme, nos Estados africanos. No meio desses números significativos, acrescenta-se que a África possui uma grande riqueza em recursos naturais.

Apesar de ocupar um espaço de grande extensão no planeta, possuir por volta de 15% da população mundial e quantidades significativas de recursos naturais, a África, conforme afirma Saraiva (2015), participa somente de 2% do comércio mundial e possui 1% da produção industrial global, existindo, dessa forma, um forte desafio de elevação desses números em favor dos Estados africanos.

A fim de chegar ao objetivo deste capítulo, a análise da inserção histórica do Golfo da Guiné no sistema internacional, será feita uma breve explanação sobre a descolonização africana, ocorrida, principalmente, a partir da década de 1960; uma análise do papel da Organização da Unidade Africana e da União Africana, no contexto da independência tardia dos Estados africanos; e, por último, um estudo direcionado para a Região do Golfo da Guiné e a importância dos recursos energéticos na região.

#### **3.1 Uma Análise da História do Continente: A Descolonização Africana**

As duas guerras mundiais do século XX deixaram os Estados europeus enfraquecidos para manterem, militar e economicamente, as suas colônias no continente africano. Dessa forma, nos anos que se seguiram, após o término da Segunda Guerra Mundial, essas questões associadas ao aumento dos movimentos de independência realizados na África,

como exemplo a conferência de Bandung<sup>5</sup>, contribuíram para que as antigas potências europeias negociassem a independência de suas colônias.

A partir de 1960, muitos Estados europeus acordaram de maneira pacífica, concedendo a independência de diversas de suas colônias. Em alguns territórios africanos não foi possível a descolonização na década de 1960, em virtude de não ter sido obtida a pacificação de imediato, prolongando-se confrontos que somente viabilizaram a independência dos Estados nas décadas de 1970 e 1980.

De acordo com Visentini *et al* (2013), as potências europeias foram as responsáveis por dividir o território africano, cabendo observar que não houve qualquer tipo de preocupação com as divergências existentes entre a população, tais como grupos étnicos e religiosos existentes. É notável que, dessa forma, a descolonização do continente africano trouxe aspectos negativos para a população nativa residente na região. Muitas instabilidades políticas associadas aos diversos conflitos entre os grupos étnicos rivais foram desencadeadas.

Os Estados africanos, tardiamente, estão passando por situações semelhantes já vivenciadas por outras regiões do mundo, no que diz respeito à construção dos modernos Estados nacionais, como afirma Visentini (2008). O autor traz à tona a lembrança dos sangrentos conflitos religiosos ocorridos nas monarquias dinásticas da Europa. A esse respeito, Visentini (2008) faz a seguinte análise:

Em meio a uma extrema fragilidade, iniciou-se o processo de construção do Estado-nação, como foi referido. Contudo, é necessário frisar que esse movimento histórico foi distorcido pela permanência das estruturas coloniais, através do neocolonialismo e, geralmente, da implantação de Estados inviáveis política e economicamente. Por outro lado, é forçoso reconhecer que se trata de um processo recente, de apenas algumas décadas, as quais equivalem à vida de uma pessoa de meia-idade. Ou seja, encontra-se ainda em suas fases iniciais. A retomada da História da África pelos africanos recém atravessa uma etapa comparável à Europa dos séculos XVI e XVII, ou às Américas do século XIX, mas em um mundo com os problemas ainda mais complexos do final do século XX e início do XXI (VISENTINI, 2008, p.137).

---

<sup>5</sup> A Conferência de Bandung ocorreu em 1955, em Bandung, na Indonésia, a fim de mapear o futuro de uma nova força política global, o terceiro mundo, com o objetivo de promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, opondo-se ao colonialismo e ao neocolonialismo.

Conclui-se que a independência dos Estados africanos trata-se de um processo recente, tendo a África um caminho longo a percorrer para o seu desenvolvimento histórico.

### **3.2 A Organização da Unidade Africana e a União Africana**

Em 1963 foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), na Conferência de Addis Abeba, onde líderes dos Estados africanos independentes reuniram-se, naquele ano, com o objetivo de que suas diferenças políticas fossem amenizadas, em prol de extirpar o colonialismo na África. A OUA foi criada com o propósito de pôr fim ao domínio colonial da África, bem como proporcionar à região a autonomia que os africanos precisavam para que eles próprios pudessem enfrentar seus obstáculos internos e, em consequência, criar um novo modelo de inserção internacional que lhes trouxessem reconhecimento e importância mundial, conforme afirma Fernandes (2016). Importante destacar que a criação da OUA não eliminou as disputas existentes no continente, bem como os choques de interesses entre as elites políticas.

Segundo Visentini *et al* (2013), a OUA aprovou, como uma de suas regras, a manutenção das fronteiras existentes no colonialismo, em virtude de não ter sido apresentado nenhum outro parâmetro para demarcação dos limites dos Estados que estavam se tornando independentes. Essa forma de delimitação das fronteiras dos Estados trouxe muitos problemas para a África. As fronteiras eram artificiais. Dentro de um mesmo Estado, vários grupos etnolinguísticos conviviam. Ao passo que, grupos de mesma etnia estavam separados pelas linhas traçadas no mapa. Nesse contexto, as rivalidades entre os diferentes grupos tinham sido incentivadas pelos colonizadores e, após a independência, continuaram como uma trágica herança.

Com o fim da Guerra Fria (1947-1991) e o desaparecimento da Ex-União Soviética, em 1991, de acordo com Visentini (2008), o continente africano perdeu interesse estratégico e oportunidade de barganhar, reduzindo sua importância econômica.

A partir do início da década de 1990, pôde ser verificada uma tendência de reafirmação da África no sistema mundial, dando continuidade no século XXI. Em 2002, em Durban, na África do Sul, foi criada a União Africana (UA), em substituição à OUA que, segundo Dopcke (2002), reforça os objetivos dessa antiga Organização, no sentido da defesa da soberania, da integridade territorial, da independência dos Estados, manutenção da paz, segurança e estabilidade do continente africano. São acrescentados como objetivos da UA: a promoção de instituições e princípios democráticos, o Estado de direito, a justiça social, os direitos humanos e a igualdade entre os sexos.

### **3.3 A Inserção Internacional do Golfo da Guiné**

A busca por recursos energéticos sempre foi um fato importante no contexto geoestratégico, principalmente, em virtude de o petróleo e o gás natural desempenharem um papel de destaque no quadro da balança energética global. Considerando que a disponibilidade desses recursos (não renováveis) é limitada, isso conduz ao desenvolvimento e surgimento de novas dinâmicas nas relações internacionais, conforme afirma Almeida e Bernardino (2013). No período de pesquisa deste trabalho, entre 1990 e 2015, percebe-se claramente a existência de uma reavaliação das estratégias energéticas, que ocorre tanto do lado dos Estados produtores quanto dos Estados consumidores, com uma repercussão muito significativa na região do Golfo da Guiné, oeste da África.

De acordo com Winge (2001), golfo é definido como uma grande e acentuada reentrância marinha na costa, tendo uma abertura ou boca de tamanho significativo, conforme é possível verificar no mapa da região do Golfo da Guiné apresentado no anexo A. O golfo diferencia-se da baía pelo fato dessa última ter dimensões menores e uma abertura mais fechada para o mar. O presente estudo considerou a região do Golfo da Guiné sendo composta pelos seguintes Estados do continente africano, de acordo com Veríssimo (2014): Libéria, Costa do

Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão (parte norte), além de São Tomé e Príncipe, Congo, Congo Democrático e Angola. Os Estados dessa região partilham um conjunto significativo de recursos naturais, com destaque para o petróleo.

Abaixo será abordada uma análise a respeito da Comissão do Golfo da Guiné seguida de uma apresentação da importância da região, a fim de serem melhores entendidas as peculiaridades do Golfo da Guiné e sua inserção internacional.

### *3.3.1 A Comissão do Golfo da Guiné*

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi criada em 03 de julho de 2001 por meio do tratado assinado em Libreville, República Gabonesa, pelos Estados de Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe. A CGG constitui-se como uma grande ferramenta institucional permanente de cooperação dos Estados componentes em prol da defesa de seus interesses comuns, a promoção da paz e do desenvolvimento sócio-econômico, tendo como base laços de amizade, solidariedade e fraternidade entre os Estados ribeirinhos do Golfo da Guiné, como afirma Almeida e Bernardino (2013). O artigo 2º do Tratado da CGG define a Comissão:

A Comissão constitui um quadro de concertação dos países do Golfo da Guiné, para a cooperação e o desenvolvimento, assim como para a prevenção, gestão das fronteiras e exploração econômica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais e nomeadamente em caso de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados Membros (TRATADO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, 2001, p.4).

No ano de 2008, os Camarões e a República Democrática do Congo aderiram a CGG, e o último a entrar foi a Guiné Equatorial, estando a Comissão aberta para adesão de outros Estados que compõem a costa do Golfo, com a finalidade de transformar a região em uma zona de paz e segurança.

O artigo 3º do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné (2001) estabelece nove objetivos para a Comissão. De forma resumida, podem ser destacados o reforço dos laços de

cooperação e solidariedade entre os Estados membros; a criação de condições de confiança mútua, paz e segurança; a promoção de uma acordo estreito no que diz respeito a exploração dos recursos naturais da região; a promoção setorial na Comunidade Econômica Africana e na União Africana; a harmonização das políticas dos Estados membros, principalmente em matéria de recursos naturais; a proteção, preservação e melhoria do meio natural do Golfo da Guiné; o desenvolvimento de acordos para migração de forma adequada; o fortalecimento da cooperação nas comunicações, principalmente marítimas, a fim de facilitar as relações de trocas entre os Estados membros; e, por último, o desenvolvimento de uma larga rede de comunicações e a integração das redes de transporte.

A fim de atingir os objetivos discriminados no Tratado, no referido documento, os membros assumiram o compromisso de respeitar os princípios da igualdade soberana dos Estados membros; a não intromissão nos assuntos internos dos Estados participantes; a resolução pacífica das diferenças; a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização; a não agressão; e o não uso do território para fins de atividades contra os princípios da soberania e integridade territorial de um outro Estado membro.

O Tratado pode ser visto como um positivo instrumento para o desenvolvimento harmonioso dos Estados membros do Golfo da Guiné, porém, segundo Veríssimo (2014), há dificuldades de se efetivar os objetivos expostos no documento, que pode ser verificado pela indiferença de alguns desses membros frente à CGG, ao mesmo tempo que se esforçam em tentar disfarçar tal comportamento. As preocupações dos Estados são, de acordo com Veríssimo (2014), predominantemente pautadas no interesse nacional.

### 3.3.2 *A Importância da Região do Golfo da Guiné*

O Golfo da Guiné trata-se de uma região formada por treze Estados que vai desde a Libéria até Angola, conforme já discriminados neste capítulo. É importante destacar que se



tratam de Estados reconhecidamente pobres e instáveis com fortes complicações políticas e sociais, de acordo com Sébille-Lopez (2006). Pelo fato de possuir um rico e diversificado ecossistema de grande valor socioeconômico, é de grande importância geoestratégica para a África e para o mundo, conforme afirma Kah (2012).

Por outro lado, mesmo diante da importância geoestratégica e do grande valor socioeconômico, os Estados da região do Golfo da Guiné carecem de uma boa gestão dos recursos naturais lá existentes.

O liberalismo econômico, a guerra contra o terrorismo na região do Golfo Pérsico e o expressivo crescimento de alguns Estados emergentes tais como China e Índia, foram fatos que contribuíram para o destaque da região do Golfo da Guiné a partir do início da década de 1990, no que diz respeito à exploração e à produção de petróleo. Houve um aumento significativo da concorrência pelos recursos naturais da região, que não foi em benefício da população desses Estados, mas voltado para a expansão do capitalismo. E de acordo com Kah (2012), o crescimento da pirataria marítima na região tem como consequência direta o aumento dessa concorrência, exploração e destruição do meio ambiente.

A maioria dos Estados do Golfo da Guiné possui potenciais reservas de petróleo, gás e minerais. Segundo Kah (2012), a região é umas das mais promissoras no que diz respeito à exploração de petróleo mundial. Nigéria e Angola são os maiores produtores de petróleo da região, chegando a produção em média de mais de 1,5 milhões barris/dia em cada Estado. Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Camarões têm produção, em números menores, comparados a Nigéria e Angola, porém estão dentro dos 50 maiores produtores de petróleo mundiais.

Nigéria, Angola, Congo, Gabão e Guiné Equatorial são os Estados da região que são membros OPEP. Segundo Sébille-Lopez (2006), em 1973 e em 1979, a OPEP reduziu uma parte de sua produção propositadamente a fim de fazer o preço do petróleo subir, acabando com uma fase de combustível abundante e barato, espalhando uma sucessão de crises econômicas e

energéticas mundialmente, o que acabou contribuindo para o despontamento de outros Estados produtores, como exemplo, os Estados africanos do Golfo da Guiné.

De acordo com a Conferência do Angola Fórum a bordo do HMS *Dauntless* (2012), promovida pela *Chatam House*<sup>6</sup>, sete, dos oito membros da CGG, produzem, no total, por volta de 5 milhões de barris/dia de petróleo, sendo o espaço marítimo de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados da região. Diante desse número significativo, a segurança marítima na região e o desenvolvimento sustentável são essenciais para a manutenção e o crescimento do fluxo das receitas de petróleo. O fluxo e o comércio de petróleo dependem diretamente dos transportes de base marítima. Porém, a pirataria e os assaltos à mão armada ocorridos, o abastecimento ilícito de petróleo e a descarga de resíduos tóxicos são fortes ameaças ao meio ambiente do Golfo da Guiné, bem como exercem um impacto visivelmente grave sobre o desenvolvimento da região.

O Golfo da Guiné, de acordo com sua contextualização histórica, vem enfrentando muitos desafios, tais como erradicação da pobreza e da miséria, redução dos conflitos internos existentes, fortalecimento do processo de democracia, eliminação da pirataria e redução da poluição ao meio ambiente. Por outro lado, foi destacado, neste capítulo, a importância da região no cenário internacional, em virtude de sua abundância em recursos naturais, em especial, o petróleo. O próximo capítulo propõe analisar os interesses de um Estado emergente, a China, que vem se destacando no cenário mundial, como Estado com acelerado crescimento econômico, e que vem investindo no acesso por recursos naturais energéticos do oeste da África, a fim de obter uma das fontes de energia chave para a sua sobrevivência.

---

<sup>6</sup> A *Chatam House* é uma Organização sem fins lucrativos sediada em Londres cuja missão é ajudar governos e sociedades a construir um mundo sustentável, próspero e justo. A Conferência do Angola Fórum a Bordo do HMS *Dauntless* foi um evento realizado pela *Chatam House*, anteriormente conhecida como *Royal Institute of International Affairs*.

#### 4 OS INTERESSES E A MOVIMENTAÇÃO DA CHINA EM DIREÇÃO AO PETRÓLEO NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ (1990 A 2015)

Como afirmam Almeida e Bernardino (2013), potenciais importadores de petróleo, tais como Estados Unidos da América (EUA), União Europeia, Índia e China, entre outros atores, apostam na região do Golfo da Guiné como uma área promissora no que diz respeito aos investimentos para aquisição e exploração desse recurso energético chave para o desenvolvimento dos Estados.

Aumenta, a cada ano, a procura de petróleo pelos Estados que necessitam de recursos energéticos para o seu crescimento, e das empresas associadas a esses, em direção às jazidas de petróleo do Golfo da Guiné. De acordo com Almeida e Bernardino (2013), nessa região está localizada uma das maiores reservas mundiais no *offshore* (reservas existentes em águas profundas, ou melhor, no fundo do mar) e também no *onshore* (em terra).

A Empresa de Pesquisa Energética<sup>7</sup> destacou, no Boletim de Conjuntura da Indústria do Petróleo (2017), a importância do Golfo da Guiné no mercado internacional de petróleo, com destaque para os Estados da Nigéria e Angola. Conforme gráfico apresentado no anexo B, ambos os Estados apresentaram números significativos de produção de petróleo no período entre 1990 e 2015. Em 2015, a Nigéria produzia 2 milhões e Angola por volta de 1,8 milhões de barris por dia. Em 2015, a indústria petrolífera na região do oeste da África era responsável pela produção de aproximadamente 5 milhões de barris/dia, representando cerca de 60% da produção do continente africano e 5% da produção mundial.

A China é um Estado em ascensão econômica que possui investimentos vultosos nos recursos energéticos da Região do Golfo da Guiné. Na seção a seguir será feita uma breve análise sobre a China e o relacionamento com a África e, nas seções seguintes, será dado ênfase

---

<sup>7</sup> Empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia

as ações desse Estado no Golfo da Guiné, em especial no que diz respeito ao petróleo, no período entre 1990 e 2015.

#### **4.1 Uma breve análise sobre a China e o relacionamento com a África**

Os significativos números de crescimento da economia chinesa nas últimas décadas e as perspectivas para o futuro colocaram a China como o segundo maior consumidor mundial de petróleo em 2015, perdendo apenas para os EUA, de acordo com dados coletados do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, conforme apresentados no anexo C. Como afirma Alves (2007), até 1993 a China era exportadora de petróleo. Após 1993, o petróleo produzido na China deixou de ser suficiente para corresponder as necessidades crescentes do Estado chinês, passando, então, a ser importadora desse recurso energético.

Cabe destacar, que a China tem apoiado suas atividades no alto consumo de energia, em virtude, principalmente, do desenvolvimento da indústria e da construção e manutenção de infraestruturas, de acordo com Sébille-Lopez (2006). Como exemplo, podem ser citados os quilômetros de novas estradas construídas, uma dezena de novos aeroportos, entre outras infraestruturas consideradas importantes para o crescimento econômico.

Como reflexo do crescimento econômico na China, houve um aumento considerável da população chinesa que deixou os campos para morar nas cidades. De acordo Jianglan e Jie (2016), com base em pesquisas realizadas nos Censos Demográficos da China e em Anuário Estatístico, até a década de 1990, a migração da cidade para o campo não era muito volumosa. Em meados da década de 1990, após a consolidação das reformas do sistema econômico e a abertura do país, o volume da migração campo-cidade cresceu potencialmente. Em 2011, a população urbana ultrapassou em números a rural, com o percentual de 51, 27%, conforme quadro do anexo D.

Diante de a crescente necessidade do Estado chinês por petróleo e de um contexto

positivo de parceria com a África, a China passou a intensificar a importação dessa *commodity* dos Estados Africanos. Sébille-Lopez (2006) enfatiza que a urbanização e o fluxo de mercadorias e pessoas estão contribuindo potencialmente para aumentar o consumo energético da China. Sendo, aproximadamente, quase 30% do petróleo consumido nesse Estado de proveniência dos Estados da Nigéria, Angola, Sudão, Guiné Equatorial e Gabão. Desses Estados, apenas o Sudão não faz parte do Golfo da Guiné.

Na década de 1990, a China aumentou, consideravelmente, as negociações na África, bem como a ajuda humanitária ao continente. Várias visitas diplomáticas ocorreram entre os chefes de Estado da China e dos Estados africanos. De acordo com Visentini (2013), como resultado das iniciativas criadas nessas visitas, as empresas chinesas começaram a se deslocar para a África, primeiramente as empresas estatais e, posteriormente, empresas da iniciativa privada.

Conforme destaca Visentini (2013), a China nos acordos realizados com a África, busca parcerias, e evita intervir em seus assuntos internos. Diferente do Fundo Monetário Internacional (FMI), os empréstimos chineses não eram condicionados, por exemplo, a medidas restritivas de ajuste econômico:

Os chineses, por outro lado, concedem ajuda sem questionamentos e com poucas exigências. Essas medidas são muito criticadas pelo Ocidente, que detrata a ajuda chinesa a países com histórico de desrespeito aos direitos humanos, os chamados Estados delinquentes. Essas reclamações são encaradas com ceticismo por parte de africanos e chineses, que entendem que se trata de mais uma tentativa de impedir o desenvolvimento socioeconômico de ambos, pois isso dificultaria sua subserviência às potências centrais (VISENTINI, 2013, p.208).

De acordo com Alves (2007), os empréstimos chineses possuem características muito bem apreciadas pelos africanos: não possuem qualquer fator condicional.

Em 2000, foi fundado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o Fórum acontece a cada três anos, na China ou em um Estado africano, em alternância. O objetivo do Fórum pode ser resumido como sendo a tentativa de regulamentar as relações entre China e os

Estados africanos, a fim de promover o desenvolvimento de ambas as partes, de acordo com o site do Centro de Estudos e Pesquisas BRICS.

Os principais pontos do FOCAC não estão voltados somente para o comércio, mas para diversos outros assuntos, tais como cooperação na cultura, saúde, educação e a agricultura. A preocupação com o meio ambiente teve ênfase a partir da Conferência de 2012, recebendo uma seção própria, considerando que o comércio e o investimento na África aumentaram significativamente com a entrada do século XXI, tendo-se uma maior necessidade de monitorar possíveis danos ambientais e perda de biodiversidade. São 53 Estados africanos membros do FOCAC, incluindo todos os Estados da região do Golfo da Guiné.

A China, como um poder global em ascensão, vem atraindo forte atenção nas relações internacionais. A criação do FOCAC, em 2000, marcou um momento histórico na relação China-África. Reflete uma política da China para a África mais voltada para um nível estratégico, complexo, multidimensional e ambicioso, como afirmam Huang *et al* (2007). Ainda, como afirmam os autores, a partir da década de 1990 e no início do século XXI, a política externa<sup>8</sup> da China para a África pode ser entendida como um aumento das relações China-África ligadas, principalmente, por objetivos estratégicos voltados para o acesso a recursos energéticos e outras *commodities* escassas e de alto valor.

De acordo com Huang *et al* (2007), as ações da China para a conquista de seus objetivos estratégicos ultrapassam as relações econômicas. Como exemplo, em termos diplomáticos, a China aumentou, significativamente, sua contribuição com soldados e policiais para as Operações de Paz da ONU (Organização das Nações Unidas) concentradas na África.

A China, em uma busca acentuada por recursos energéticos, a partir da década de 1990, vem traçando estratégias que permitem a aceitação, pelos Estados africanos, de incluí-la como um de seus principais parceiros comerciais, visto que muitos dos Estados africanos já

---

<sup>8</sup> Entende-se por política externa “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição”. (FREIRE, 2011, p.18)

tenham multinacionais ocidentais fortemente vinculadas, segundo Rysdyk (2010). As principais empresas petrolíferas chinesas são as estatais *China National Petroleum Corporation* (CNPC), *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e *China Petroleum and Chemical Corporation* (SINOPEC). E como afirma Rysdyk (2010), essas empresas têm a vantagem de não terem de cumprir metas de altos lucros, assumindo maiores riscos em comparação às empresas ocidentais.

As principais estratégias da política externa chinesa voltada para a África, em especial os países ricos em recursos energéticos, podem ser descritas da seguinte forma: a existência de empresas estatais com capacidade de competição vantajosa em relação às empresas ocidentais, contrapartidas de grandes investimentos em infraestrutura nos Estados africanos, facilidade de créditos, cancelamento de dívidas, ajuda humanitária, não interferência nos assuntos internos de outros Estados e como condição política, o não reconhecimento de Taiwan como nação independente (RYSZYK, 2010). Alves (2007) faz a seguinte análise a respeito das estratégias chinesas nos acordos petrolíferos com a China:

As principais empresas chinesas com investimentos na África são estatais, ... por serem empresas controladas pelo Estado chinês, seus investimentos, tomados de forma individual, não precisam ser lucrativos, podendo submeter-se à estratégia nacional do país. Isto possibilita a adoção de comportamentos mais propensos ao risco, assim como a entrada de forma mais agressiva nas concorrências pelas licenças de exploração (ALVES, 2007, p.28).

Em janeiro de 2006, o governo chinês publicou oficialmente o *White Paper* com o seguinte título "*China's Africa Policy*", este documento é uma apresentação feita pelo governo chinês dos principais objetivos da política da China em relação a África. Nesse documento a China propõe que será estabelecido e desenvolvido um novo tipo de parceria estratégica com a África, uma parceria voltada para a igualdade política, a confiança entre os Estados, a cooperação econômica ganha-ganha e o intercâmbio cultural. No campo econômico, foram destacadas a adoção de medidas mais efetivas para acessos das *commodities* africanas ao mercado chinês; o incentivo aos investimentos e negócios das empresas chinesas na África; a

cooperação financeira; a cooperação agrícola; a cooperação em infraestrutura, tais como transporte, telecomunicações e eletricidade; a redução e alívio da dívida; e a assistência econômica.

A seguir serão destacados os dois Estados mais importantes do Golfo da Guiné, a fim de discorrer sobre a aplicação dos principais objetivos da política externa da China voltada para a África.

#### **4.2 A China em Angola**

Segundo Sébille-Lopez (2006), Angola é um dos maiores fornecedores de petróleo para a China. A SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), empresa estatal angolana, responsável pela administração e exploração do petróleo e gás natural no Estado, criada inicialmente para ser a concessionária exclusiva no ramo do petróleo no Estado, hoje possui diversas parcerias com outras empresas petrolíferas, nas formas de partilha de produção ou de contratos de associação. Segundo Alves (2007), desde a década de 1990, a SONANGOL vem operando como uma holding, com investimento em diversas atividades, desde a pesquisa até a produção. O petróleo representa mais do que 50% do PIB angolano, aproximadamente, 90% das exportações do Estado e, em torno de 80%, de suas receitas totais. As receitas arrecadadas com o petróleo permitem investimentos públicos voltados, por exemplo, para melhoria da infraestrutura, além de permitir um crescimento econômico favorável, como afirma Farias (2015).

Em 2004, Angola e China assinaram um acordo que garantia uma linha de crédito a Angola fornecida pelo banco chinês *Eximbank*, no valor de dois milhões de dólares. Por outro lado, Angola garantia créditos resultantes das vendas para a China, no montante de 10.000 barris de petróleo por dia. O recurso foi utilizado, principalmente para a construção de infraestruturas no Estado angolano, como afirma Alves (2007). Entre os projetos de construção



estão estradas, escolas e hospitais. Alves (2007) destaca que a China, ao prever nos acordos a contratação de trabalhadores chineses de uso intensivo, levou para Angola a mão-de-obra tanto qualificada quanto de operários, não criando empregos e tão pouco transferindo conhecimento para os angolanos. Sébille-Lopez (2006) chama atenção para as parcerias feitas com a China para a construção de refinarias no Estado angolano e, também, para projetos na área de telecomunicações.

A assistência militar também tem sido usada pela China como veículo de negociação nos acordos de petróleo em Angola, conforme Bankus e Butts (2009). Somente em um acordo petrolífero realizado, por exemplo, foram fornecidos, às forças armadas de Angola, oito jatos de caça Su-27 SK, feitos pelos próprios chineses, além de armas de pequeno porte. O acordo inclui, além do fornecimento de meios, equipamentos e armamentos, assessoria técnica e treinamento.

A China, em 2015, era a principal parceira no comércio de petróleo de Angola, quase todas as exportações de petróleo de Angola tiveram como destino a China, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas, em Angola. Conforme demonstrado por Farias (2015), em 2000, o comércio entre China e Angola era de 1,8 bilhões de dólares. Em 2010, esse valor passou para 23 bilhões. Em 2015, Angola era o segundo maior exportador de petróleo para a China, de acordo com o Boletim de Conjuntura da Indústria do Petróleo (2017).

### **4.3 A China na Nigéria**

De acordo Sébille-Lopez (2006), em 1997 e 1998 foram assinados dois acordos entre China e Nigéria atinentes à prospecção da China na bacia do Chade e no delta do Rio Níger. Ao longo da década de 1990 e início do século XXI, a China vem negociando com a

Nigéria a aquisição de crude<sup>9</sup> e, em contrapartida, assumiu o compromisso de apoiar o Estado nigeriano em diversos projetos locais, tais como a restauração das estradas de ferro.

Após um período longo de militares no governo, a Nigéria, a partir de 1999, começou uma fase de democracia no país. O presidente nigeriano, na época, durante uma visita do ministro chinês dos Negócios Estrangeiros deu início as tratativas para obter apoio da China para que o Estado obtivesse um lugar no Conselho de Segurança da ONU e, a partir daí, este ponto passou a ser uma questão discutida nas negociações petrolíferas entre os dois Estados, de acordo com Sébille-Lopez (2006).

De acordo, ainda, com Sébille-Lopez (2006), a Nigéria é o país mais populoso da África, maior produtor de petróleo da região e uma das maiores economias do continente. E está entre os dez primeiros Estados exportadores mundiais de crude. Outro dado importante é que a Nigéria possui um percentual grande de progressão em matéria de produção de petróleo, em virtude do avanço nos investimentos que foram feitos no início dos anos de 2000, pela Companhia Nigeriana Petrolífera, NNPC (*Nigerian National Petroleum Corporation*), com parcerias.

Em 2004, a NNPC assinou um contrato com a China para o fornecimento de 50.000 barris por dia de petróleo. Ao passo que a China investiria, aproximadamente, 500 milhões de dólares no setor petrolífero da região. Nesse mesmo ano, em 2004, também foi assinado um contrato para exploração da NPDC (*Nigerian Petroleum Development company limited*) em conjunto com a SINOPEC para exploração no que diz respeito a dois blocos no *offshore* em águas profundas, segundo Sébille-Lopez (2006).

De acordo Alves (2007), em 2006, a estatal petrolífera Chinesa, *CNOOC* investiu 2,3 bilhões de dólares para participação de 45% em um campo de exploração de petróleo

---

<sup>9</sup> Petróleo em seu estado natural, petróleo bruto da forma como emerge dos poços ou após ter passado pelo separador gás-óleo, antes de qualquer processo de refinação, de acordo com o dicionário do petróleo em língua portuguesa.

localizado no Delta do Níger. E se comprometeu a investir 2,25 bilhões de dólares no projeto nigeriano de exploração petrolífera.

A estratégia da China para a Nigéria está voltada para os investimentos diretos no Estado africano, principalmente no que tange à construção de infraestrutura e à exploração da cadeia produtiva de petróleo, como afirma Farias (2015).

Assim como em Angola, na Nigéria também é possível destacar a assistência militar prestada ao Estado. Em 2005, no auge do fechamento de vários contratos petrolíferos com a China, a Nigéria despendeu 251 milhões de dólares comprando aviões a jato chineses, doze F-7 NI e três caças FT-7 NI, de acordo Bankus e Butts (2009).

Após discorrer sobre as ações da China na África, com destaque para a política externa da China em relação a África, e verificar a experiência de Angola e Nigéria, os dois Estados de maior destaque na região do Golfo da Guiné, nas relações com o Estado chinês, cabe destacar, brevemente, a seguir, a relação entre a exploração do petróleo na região do oeste africano e os resultados dessa exploração em prol do desenvolvimento da Região.

#### **4.4 A Exploração do Petróleo e o desenvolvimento da Região do Golfo da Guiné**

A região do Golfo da Guiné, em virtude da inserção no plano internacional, principalmente no que diz respeito à riqueza petrolífera e à ideia de diversificação das fontes de importação de petróleo, por parte dos países compradores, com destaque para o período a partir dos anos de 1990, possui vários desafios para enfrentar no que diz tange ao desenvolvimento da região.

Barros (2013) afirma que a região possui vários pontos positivos, que atraíram e continuam atraindo diversos Estados que necessitam importar recursos energéticos. Como exemplo de pontos favoráveis da região está o fato de ser benéfica no que tange ao regime fiscal adotado na indústria de hidrocarbonetos. Dessa forma, o Golfo da Guiné é muito mais atrativo

comparado a outras regiões do mundo, tais como Golfo do México e Mar do Norte.

Discorrendo a respeito do Golfo da Guiné, Binsztock *et al* (2012) destaca os benefícios da região, tais como a excelente qualidade das reservas de óleo existentes, o favorecimento ao capital estrangeiro nos quadros regulatórios dos Estados nacionais e as vantagens logísticas que atraem tanto investidores ocidentais quanto asiáticos.

Por outro lado, Binsztock *et al* (2012) chama atenção para os questionamentos a respeito do desenvolvimento da região em virtude da exploração de petróleo. Essa atividade contribui para o crescimento econômico, para a inserção dos Estados nacionais no fluxo da economia globalizada e para um aumento significativo das receitas fiscais e de divisas. Porém, o aumento dessas receitas advindas da exploração de recursos energéticos na região está relacionado ao crescimento sem desenvolvimento e ao agravamento das desigualdades sociais.

A abundância das reservas petrolíferas trouxe para a região do Golfo da Guiné muitas oportunidades econômicas, tais como o desenvolvimento de diversos projetos voltados para a exploração do petróleo, criação de uma indústria de gás liquefeito de petróleo, comercialização de crude, criação de refinarias e a construção/manutenção da infraestrutura. Cabe ressaltar que há muitos desafios a serem enfrentados, por parte desses Estados africanos, no que tange à operação das refinarias. Como exemplo, as três refinarias da Nigéria, nos anos de 2014 e 2015, operaram abaixo de 10% de sua capacidade máxima de processamento conforme o Boletim de Conjuntura da Indústria do Petróleo (2017).

De acordo Meierding (2011), o crescimento acelerado da produção e comercialização do petróleo na região trouxe como característica o baixo nível de consumo desses Estados produtores. A demanda por habitante é três vezes abaixo da média mundial, as capacidades de refinamento do petróleo são limitadas e o governo vê mais vantagens em obter divisas, exportando o petróleo produzido, a distribuí-lo internamente. Em resumo, os Estados africanos exportam praticamente todo o petróleo produzido, sofrendo com a reduzida

disponibilidade de combustíveis locais.

O que pode ser visto na região do Golfo da Guiné, que dispõe de Estados ricos em recursos petrolíferos, é o benefício seletivo nas economias, sociedades e espaços desses Estados, proporcionado pela produção e exploração de petróleo. A riqueza de recursos naturais nesses Estados trouxe uma má distribuição de renda, a exacerbação das desigualdades sociais e regionais, a utilização dos recursos arrecadados para financiamento de conflitos regionais e a degradação ambiental, conforme dispõe Binsztock *et al* (2012).

Outra questão que merece destaque no Golfo da Guiné, atinente aos desafios para o seu desenvolvimento, é a respeito da pirataria que assola a região. De acordo com o Relatório da Conferência do Angola Forum a bordo do HMS *Dauntless* (2012), dos ataques sofridos nas águas africanas, 30% ocorreram no Golfo da Guiné, o que é potencialmente prejudicial ao fluxo das receitas de petróleo na região, sendo essencialmente necessário garantir a segurança marítima na região. Dessa forma, o Relatório propõe a criação de uma política nacional e regional dos Estados da região com ações que vão além das necessidades imediatas, com uma estratégia integral que considere a proteção ambiental, a boa gestão da pesca e do turismo, bem como o desenvolvimento da rede de transporte.

No período proposto por esta pesquisa, entre 1990 e 2015, o Golfo da Guiné cobiou vultosos investimentos no que diz respeito a produção e a exploração de recursos petrolíferos. Como visto ao longo deste capítulo, a China é um dos Estados que investiu pesadamente na região, proporcionando um aumento considerável da renda obtida por meio da atividade petrolífera. Renda essa que, de acordo com o disposto nesta última seção, precisa ser melhor aplicada em prol do desenvolvimento dos Estados do Golfo da Guiné.

## 5 AS AÇÕES DA CHINA NO GOLFO DA GUINÉ A LUZ DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL

A posse de recursos energéticos pode representar aos países detentores um fator de poder, porém, aos importadores, a dependência dos recursos importados pode ser interpretada como ameaça, alimentando um sentimento de insegurança. É por essa razão que, no centro da agenda política e das estratégias energéticas dos Estados, está a questão da diversificação das fontes de importação, na qual a zona do Golfo da Guiné é contemplada.

Os acontecimentos ocorridos, no final do século XX, despertaram, nos Estados dependentes da importação de petróleo, a necessidade de encontrarem novas formas de melhorar a segurança energética. Essa última, definida, no capítulo 2, deste trabalho, como a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível.

Nessa linha de raciocínio, o melhor caminho escolhido pelos Estados foi buscar e investir na maior diversidade possível de fontes de recursos energéticos. Como afirma Huang *et al* (2007), os Estados produtores de petróleo africanos, ricos em recursos energéticos, carentes de infraestrutura e ambiciosos por investimentos na área petrolífera, aceitaram capitalizar suas novas posições de força e poder, oferecendo acesso preferencial a empresas estrangeiras dispostas a vincular seus investimentos na exploração de petróleo.

O comportamento do governo chinês em promover acordos com a África no que diz respeito ao aproveitamento de seus recursos energéticos corroboram com a ideologia do Estado chinês a partir da década de 1990. Como afirma Anshan (2007), a China mudou de política, daquela que enfatizava guerra e revolução para uma política que enfatiza paz e desenvolvimento. Dentre as estratégias da política externa para a China, podem ser destacadas: ênfase no desenvolvimento econômico doméstico chinês e no respeito mútuo, seguindo os princípios de independência e não interferência nos assuntos internos dos outros Estados.

## 5.1 Os interesses da China no Golfo da Guiné na Perspectiva Realista

Em uma abordagem tradicional, a partir da visão da Teoria Realista de Morgenthau (2008), conforme visto no segundo capítulo deste trabalho, os indivíduos estão organizados por Estados, esses últimos agem em busca de seu próprio interesse, definido em termos de poder. Nessa perspectiva, de acordo Mingst e Arreguín-Toft (2014), os Estados só podem contar com eles próprios, o que explica sua preocupação em acumular poder. Fazendo uma análise da política externa da China para a África, a partir da última década do século XX, destaca-se o forte interesse nacional do Estado chinês na África e a busca de recursos naturais para sua sobrevivência. A partir de 1993, a China deixou de ser exportadora de petróleo e passou a ser importadora. Dessa forma, em busca de sua própria sobrevivência e de seu desenvolvimento, o Estado chinês traçou estratégias que permitiram a aceitação dos Estados fornecedores africanos, em especial os Estados do Golfo da Guiné, como principais parceiros comerciais.

Morgenthau (2003), no estudo das relações internacionais, defendeu que os Estados agem movidos pelo interesse próprio definido em termos de poder e demonstrou que os fatos ocorridos historicamente comprovam esses pressupostos. Afirmando, no entanto, que os Estados competem por poder. Dessa forma, a sobrevivência é um objetivo primordial da política externa dos Estados, aliada ao interesse nacional.

Nessa perspectiva realista, reforça-se mais uma vez a estratégia chinesa de estreitar relações com os Estados africanos ricos em recursos energéticos, tendo em vista o interesse chinês na importação e exploração do petróleo nessas regiões. Como contrapartida, a China não exige quaisquer alterações nas políticas internas dos Estados africanos. No campo político, como condição, exige apenas o não reconhecimento de Taiwan como nação independente. O que reforça o forte interesse nacional da China nas relações com a África.

Quanto ao leviatã descrito por Hobbes (2006), como uma força superior que exige a obediência à lei e assegura uma determinada ordem. Mingst (2014) analisou os Estados como

se fossem o homem no estado da natureza de Hobbes. Considerando, a inexistência de uma autoridade internacional, os Estados soberanos dependem de si mesmos para a sua sobrevivência no sistema internacional. Dessa forma, a política interna é diferenciada da política externa, pode-se dizer, pelo fato de não existir uma força superior, ou um governo, acima das soberanias nacionais, para operar como um leviatã. A política externa será guiada e restrita na luta pelo poder, enquanto que na política interna, as leis e organizações existentes regulam o Estado. Nas palavras de Freire (2011, p.18), “entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política”.

Exemplos de estratégias e instrumentos da política externa chinesa no que diz respeito a perspectiva realista, restrita a busca pelo poder, destacam-se os acordos petrolíferos realizados entre a China e Angola, em que a China garante créditos milionários para Angola, tendo como garantia o envio de milhares de barris/dia de petróleo. Atualmente, Angola é o segundo maior exportador de petróleo para a China. De acordo Alves (2007), os recursos em Angola são utilizados para construção de infraestruturas como estradas, hospitais e escolas, porém, como contrapartida, a China, ao prever nos acordos a contratação de trabalhadores chineses de uso intensivo, leva para Angola a mão-de-obra tanto qualificada quanto de operários, não criando empregos e tão pouco transferindo conhecimento para os angolanos. Dessa forma, a China amplia seu poder no Estado angolano, por meio dos vultosos investimentos petrolíferos, cuidando-se para que não haja transferência de tecnologia.

Na Nigéria, outro Estado potencialmente importante no que diz respeito às riquezas de recursos energéticos, a China procedeu de forma semelhante à Angola, reforçando seu comportamento realista nas relações internacionais com a África. Segundo Sébille-Lopez (2006), ao longo da década de 1990 e, aumentando consideravelmente, a partir do início do século XXI, a China vem negociando e efetuando acordos bilionários com a Nigéria, em



contrapartida apoiando o Estado nigeriano em projetos locais de manutenção e construção de infraestrutura, bem como na exploração da cadeia produtiva de petróleo.

De acordo com a Teoria Realista de Morgenthau (2003), a estrutura do sistema internacional está diretamente relacionada com a distribuição de poder entre os Estados. Nesse caso, nas relações internacionais entre a China e os Estados ricos em recursos energéticos no Golfo da Guiné, a China aumenta o seu poder, ao passo que consegue negociar de uma forma vantajosa, de acordo com seus interesses nacionais, não alterando os assuntos internos dos Estados africanos. Alves sintetiza os interesses da China da seguinte forma:

No comportamento chinês, podemos descortinar uma preocupação clara: o reforço do poder. O seu comportamento é motivado por um *animus dominandi* que encontra na figura do Estado o elemento central e que o impele a atuar, de modo concertado e racional, de modo a procurar a segurança (desde logo energética) e a sobrevivência. O que motiva a liderança chinesa é a prossecução de determinados interesses – sustentar o crescimento econômico acelerado, em primeira linha – que a empurram para uma ação concreta capaz de lhes dar resposta (ALVES, 2007, p.57).

Segundo Binsztock *et al* (2012), a exportação de petróleo dos Estados do Golfo da Guiné para a China contribui para o crescimento desses Estados, mas não está contribuindo diretamente para o desenvolvimento da região. O que ocorre é um benefício seletivo nesses Estados, principalmente na infraestrutura que proporcionará melhoria na produção e exploração de petróleo.

Morgenthau (2003) destaca a importância dos recursos naturais como elementos do poder nacional, exercendo forte influência sobre o poder de uma nação. Considerando a análise de Morgenthau (2003) e as relações da China nos Estados com riqueza de recursos energéticos no Golfo da Guiné, ressalta-se que as empresas chinesas assumem riscos altos em comparação as empresas ocidentais, não tendo de, por exemplo, cumprir metas de altos lucros como afirma Rysdyk (2010). Dessa forma, as empresas chinesas têm vantagens e fecharam contratos vultosos com os Estados do Golfo da Guiné. Seguindo esse raciocínio, a China, ao ter conquistado o acesso às fontes de petróleo do Golfo da Guiné, acrescenta-se às suas próprias

fontes já existentes, aumentando o seu poder, reduzindo, proporcionalmente a força de seus competidores.

Por outro lado, os Estados do Golfo da Guiné, ricos em recursos energéticos, são fortemente dependentes das receitas de petróleo, visto que grande parte da produção é exportada e, internamente, é possível verificar um baixo consumo interno de derivados do petróleo.

A partir dessas informações, é importante observar as relações de poder existentes entre os Estados africanos do Golfo da Guiné e a China. Caso a China deixe de importar o petróleo nesses Estados, suas economias ficarão consideravelmente abaladas.

Ao final da análise da perspectiva realista considerando os interesses da China na África, em especial a região do Golfo da Guiné, foi possível verificar, por meio das teorias abordadas, que a China luta pela sua sobrevivência e, em busca de recursos naturais, obtém crescimento e desenvolvimento econômico, bem como o fortalecimento de poder nas relações internacionais. Como exemplo desse fortalecimento de poder estão as vultosas aquisições de meios e armamentos militares chineses pelos Estados africanos exportadores de petróleo, oferecendo assistência técnica e treinamento, não transferindo a tecnologia.

## **5.2 Os interesses da China no Golfo da Guiné na Perspectiva Liberal**

Em uma abordagem das relações da China com a África, em especial os Estados do Golfo da Guiné, sob o ponto de vista liberal, é necessário verificar quais são, de fato, os interesses desses Estados uns com os outros. A ênfase da Teoria Liberal de Kant (2008) está na ação coletiva dos Estados. Kant (2008) propôs que a ação coletiva dos Estados, organizados por meio de uma federação, superaria a anarquia internacional. Seguindo essa ideologia, o presidente norte americano Wilson, no século XX, afirmou que a guerra poderia ser evitada por meio da ação coletiva dos Estados.

Dessa forma, na perspectivas das Teorias Liberal de Kant e Wilson, não somente

os Estados são atores importantes nas relações internacionais, mas também instituições internacionais.

Nessa linha de raciocínio, aplicando esse pensamento teórico nas relações da China na África, destacando o Golfo da Guiné, nas últimas décadas, destaca-se a existência da União Africana, que tem como membros Estados africanos independentes que buscam reconhecimento e importância mundial nas relações internacionais, de acordo com Fernandes (2016). Porém, cabe destacar, que a criação da UA, que teve como origem a OUA, essa última criada em 1963, não eliminou as disputas existentes no continente e nem os choques de interesses entre as elites políticas. O que vem ocorrendo é uma amenização dos conflitos armados internos na África, de acordo Saraiva (2015).

Dentro dos objetivos da UA, Dopcke (2002) destaca a promoção de instituições e princípios democráticos, estado de direito, justiça social, direitos humanos, a fim de reforçar a manutenção da paz, segurança e estabilidade no continente africano. O que se aproxima bastante das ideias da teoria liberal destacadas nesse trabalho, de que as ações coletivas dos Estados, por meio da criação de instituições e organizações, colaboram para a paz e o equilíbrio nas relações internacionais. De fato, conforme Saraiva (2015), houve nos Estados africanos, membros da União Africana, um aumento dos regimes políticos democráticos, consolidando instituições e governos menos autocráticos. Ainda, segundo Saraiva (2015), esses fatores contribuem para o aumento da confiança internacional dos Estados em relação à África e, conseqüentemente, favorecem a cooperação entre os Estados.

Ainda a respeito da criação de organizações e instituições, destaca-se o FOCAC, o fórum de cooperação entre a China e a África, que regulamenta as relações entre a China e os Estados africanos, com a finalidade de promover o desenvolvimento de ambas as partes. Nesse sentido, visando atender aos interesses nacionais, tanto da África, quanto da China. Todos os Estados do Golfo da Guiné são membros do FOCAC.

Cabe observar, que a China reconhece a UA. De acordo com Rysdyk (2010), durante a cerimônia de abertura do FOCAC, em 2006, o presidente chinês na época, Hu Jintao, expôs as oito etapas do plano chinês para fortalecer a relação da China com os Estados da África. No que diz respeito à infraestrutura, foi anunciada, entre outras coisas, a construção de um centro de conferências para a UA, com a finalidade de colaborar para promover a integração entre os Estados africanos. Destaca-se que essas instituições criadas, muito contribuem para a cooperação entre os Estados, como sugerido pela teoria liberal.

Kant (2008) considera que os Estados agem de acordo com seus próprios interesses. E que a interação entre esses Estados, mesmo com interesses próprios, conduz em direção a uma zona de paz em expansão. Aplicando-se essa ideia ao caso concreto, nas relações China nos Estados do Golfo da Guiné, claramente os interesses são observáveis. A China tem um grande interesse pelos recursos energéticos africanos para sua sobrevivência, ascensão e desenvolvimento, ao passo que os Estados do oeste africano têm grande interesse na China, a fim de angariar recursos para o seu desenvolvimento, bem como reconhecimento mundial. Dessa forma, respeitando os interesses próprios de cada Estado, a China e o Golfo da Guiné fecham acordos significativos para ambos, respeitando a soberania e integridade de cada parte.

Cabe destacar aqui, corroborando com as ideias de Kant (2008), de cooperação, o documento, *White Paper*, que expõe a política externa chinesa na África, expedido em 2006, conforme visto no capítulo 4. Nesse documento, a China propõe que será estabelecido e desenvolvido um novo tipo de parceria estratégica com a África, uma parceria voltada para a cooperação econômica ganha-ganha, destacando a adoção de medidas mais efetivas para acessos das *commodities* africanas ao mercado chinês, entre outras coisas.

Ao final deste capítulo, pode ser observado que foram identificadas proximidades tanto no que diz respeito à Teoria Realista quanto à Teoria Liberal, nas ações empreendidas pela China no Golfo da Guiné.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar as ações da China na região do Golfo da Guiné, no período de 1990 até 2015, em virtude das necessidades da China por recursos energéticos terem sido intensificadas no período supracitado. Os estudos bibliográficos e documentais foram conduzidos no sentido de esclarecer se as referidas ações se encontravam em sintonia com as teorias realista ou liberal.

Primeiramente, foi realizada uma síntese sobre as bases das teóricas e a importância dos recursos naturais nas relações internacionais, expostas no capítulo dois.

Após, no capítulo seguinte, foi apresentada a inserção histórica do continente africano, com destaque na região do Golfo da Guiné, nas relações internacionais, dando ênfase para o período a partir dos anos de 1960, quando foi possível verificar a independência dos Estados africanos e as ações desses Estados para alcançar os objetivos em direção a Estados soberanos, independentes e estáveis. O que pôde ser visto é que muitos desafios são necessários superar para os Estados do Golfo da Guiné alcançarem seus objetivos, apesar da riqueza dos recursos naturais.

O Golfo da Guiné é uma importante região para a indústria petrolífera mundial, sendo cada vez mais almejado pelo Estado chinês, no que diz respeito à conquista dos recursos energéticos para o seu crescimento e desenvolvimento.

No capítulo quatro foi visto como as ações da China, no Golfo da Guiné, no período pesquisado, de 1990 a 2015, estiveram voltadas para uma estratégia em busca de recursos energéticos. A China efetivou ações, nas suas relações com esses Estados africanos, que resultaram no alcance de seu objetivo, o acesso ao petróleo da região.

A importância da região do Golfo da Guiné na indústria petrolífera mundial foi exemplificada neste trabalho pela apresentação de dois dos Estados de maior peso na produção

de petróleo da região, Angola e Nigéria. As empresas petrolíferas chinesas fecharam acordos vultosos com os Estados do Golfo da Guiné, principalmente Angola e Nigéria, com a finalidade de obter milhões de barris/dia de petróleo, ao passo que, ofereceram aos Estados africanos empréstimos milionários com facilidades, investimentos em infraestrutura, ajuda humanitária e não interferência nos assuntos internos desses Estados. Outro ponto a ser destacado e que ressalta a importância dos Estados do Golfo da Guiné quanto ao fluxo petrolífero, é a participação de cinco Estados da região como membros da OPEP, Angola, Nigéria, Guiné Equatorial, Gabão e Congo.

No capítulo cinco foi feita uma análise a respeito das ações da China no Golfo da Guiné a luz das teorias realista e liberal, a fim de possibilitar a resposta da pergunta feita no início desta pesquisa: as ações da China no Golfo da Guiné, na África, estão em sintonia com as teorias realista ou liberal? Cabe observar que os estudos teóricos das relações internacionais não são excludentes. O confronto das teorias com o caso concreto remonta a entendimentos e ações do Estado chinês no continente africano, especificamente no Golfo da Guiné, que ora podem estar relacionados com a teoria realista e ora estão atrelados à teoria liberal.

No que diz respeito à perspectiva da teoria liberal, o governo chinês, no período proposto de estudo, divulgou em sua política externa objetivos que, teoricamente, se coadunam com a visão dos teóricos liberais, tais como a cooperação econômica ganha-ganha, ênfase na paz, incentivo a instituições de cooperação, tais como o FOCAC, em que a China participa como membro juntamente com a África, e a UA, que nesse caso, foi formalmente apoiada pela China.

No que tange à perspectiva da teoria realista, foi destacado, no período estudado, de 1990 a 2015, o forte interesse da China na busca por recursos naturais para sua sobrevivência que extrapolavam os existentes em seu próprio território. Tendo em vista o interesse chinês pelo petróleo do Golfo da Guiné, a China traçou estratégias para o estreitamento de relações com os

Estados da região, fechando acordos bilionários. Pouco preocupada em fortalecer o poder desses Estados, considerando, que não foi exigida qualquer contrapartida em melhoria nos índices de desenvolvimento, transferência de tecnologia e conhecimento e, até mesmo, utilização de mão de obra africana para geração de emprego. Dessa forma, aumentando o seu poder na região, ao passo que os Estados do Golfo da Guiné seguem como Estados fortemente dependentes dos recursos petrolíferos.

Concluindo, percebe-se que existe uma preocupação da política externa chinesa de se relacionar com os Estados ricos em petróleo no Golfo da Guiné, de forma pacífica, sem intervenções na política interna desses Estados, a fim de obter o acesso dessa *commodity*. Por outro lado, no estudo bibliográfico, pôde ser destacado, também, que existe, nas ações da China, a cautela pelo fortalecimento do seu poder na região, como se fosse uma salvaguarda, ou seja, uma proteção, caso a política de integração pacífica não dê certo no futuro.

Além desta conclusão, esse trabalho identificou um rico campo de pesquisa no aprofundamento de estudo de outros Estados em ascensão, no que diz respeito aos interesses na região do Golfo da Guiné. Embora este trabalho tenha se dedicado somente ao estudo no âmbito das ações da China nessa região africana, existem também, como pesquisas a serem exploradas, o estudo das ações e interesses da Índia, entre outros, nas últimas décadas, no Golfo da Guiné, a fim de obter, também, o acesso aos recursos energéticos da região.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eugênio C. e BERNARDINO, Luís M.B. **A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações Interzonais para a Persecução da Segurança Marítima na Bacia Meridional Atlântica.** Revista Militar. Lisboa, nº 2532, p.43-61, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/797>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

ALVES, Duarte B. **A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola.** Revista Negócios Estrangeiros. Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa, p.56-71, fev. 2007. Disponível: <<https://idi.mne.pt/pt/publicacoes-e-estudos/revista-negocios-estrangeiros/negocios-estrangeiros-n-10-fevereiro-2007>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ANSHAN, Li. **China and Africa Policy and Challenges.** Revista China Security. World Security Institute. Washington D. C., v. 3, nº 3, p.69-93, 2007. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/44743/Vol%203%20Issue%203.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BANKUS, Brent e BUTTS, Kent. **China's Pursuit of Africa's Natural Resources.** Collins Center Study. Army War College. Pensilvânia, vol. 1-09, Jun. 2009. Army War College, 2009. Disponível em: <[https://csl.armywarcollege.edu/usacs/publications/CCS1\\_09\\_chinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf](https://csl.armywarcollege.edu/usacs/publications/CCS1_09_chinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARROS, Evandro V. **A Matriz Energética Mundial e a Competitividade das Nações: Bases de uma Nova Geopolítica.** ENGEVISTA. Niterói, v.9, nº 1, p.47-56, jun. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/engevista/article/view/8802>>. Acesso em: 05 jun. de 2019.

BARROS, Manuel A. **O Golfo da Guiné e a Segurança Energética Global: oportunidades e desafios subjacentes à região.** Revista Repositório Lusíada. Política Internacional e Segurança. Lisboa, nº 09, p. 123-144, 2013. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/lpis/article/viewFile/434/412>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BINSZTOCK et al. **Geografia e Geopolítica do Petróleo.** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012. 368p.

BOLETIM DE CONJUNTURA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO. **Panorama da Indústria do Petróleo no Oeste da África.** Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro, nº 03 - 2º sem. 2017. Disponível em: <[www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/boletim-de-conjuntura-da-industria-do-petroleo](http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/boletim-de-conjuntura-da-industria-do-petroleo)>. Acesso em: 10 jul. 2019.



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS BRICS. **Fórum de Cooperação China-África**. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>>. Acesso em 13 jul. 2019.

CHINA. **White paper: China's African Policy**. Pequim, 2006. Disponível em: <[http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content\\_156490.htm](http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content_156490.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **Tratado da Comissão do Golfo da Guiné**. Libreville, 2001. Disponível em: <<https://cggrps.com/wp-content/uploads/Tratado-PT1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CONFERÊNCIA DO ANGOLA FÓRUM A BORDO DO HMS DAUNTLESS. **Angola e o Golfo da Guiné Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada**. Jun. 2012. Luanda: Chatam House, 2012. Disponível em: <[www.encontro2014.adedef.org/arquivo/download?IDARQUIVO=317Q](http://www.encontro2014.adedef.org/arquivo/download?IDARQUIVO=317Q)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DOPCKE, W. **Sai a Organização de Unidade Africana – Entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano**. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Meridiano 47. Universidade de Brasília, nº 28-29, p. 1-4, 2002. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10091/1/ARTIGO\\_OrganizacaoUnidadeAfricana.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10091/1/ARTIGO_OrganizacaoUnidadeAfricana.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2019.

FARIAS, Hélio. **Geopolítica e Desenvolvimento: notas sobre a inserção da África do Sul, Angola e Nigéria no Sistema Interestatal Capitalista**. Revista Intellector. Rio de Janeiro, Ano XI, v. XI, nº 22, Jan-Jun 2015. Disponível em: <[http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/nova\\_pagina\\_3-22-2015.html](http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/nova_pagina_3-22-2015.html)>. Acesso em: 15 de jul. 2019.

FERNANDES, Márcia. **A Organização da Unidade Africana como Expressão do Projeto Político Continental no Pós-Independência: disputa e reivindicações**. Revista Sankofa. Universidade de São Paulo, v.9, nº 19, p. 99-117, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/119063/116437>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

FERNANDEZ, Eloi (Org.). **Dicionário do Petróleo em Língua Portuguesa**. Disponível em: <[dicionariodopetroleo.com.br/dictionary/oleo-cru/](http://dicionariodopetroleo.com.br/dictionary/oleo-cru/)>. Acesso em 26 jul. 2019.

FIORI, José Luis. **A Nova Geopolítica das Nações e o Lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul**. Revista Oikos. Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, p. 77-105, 2007. Disponível em: <<http://revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/10>>. Acesso em 12 jul. 2019.

FREIRE, M. (Org.). **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41496/1/Política%20externa\\_as%20relações%20internacionais%20em%20mudança.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41496/1/Política%20externa_as%20relações%20internacionais%20em%20mudança.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: M. Claret, 2006. 519p. (Coleção a obra-prima de cada autor. Série Ouro; v.1).

HUANG, C. et al. **Assessing China's Growing Influence in Africa**. Revista China Security. World Security Institute. Washington D. C., v. 3 n° 3, p. 3-21, 2007. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/44743/Vol%203%20Issue%203.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Maiores Consumidores de Petróleo e LGN em 2015**. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/maiores-consumidores-de-petroleo-e-lgn-2015/>>. Acessado em: 01 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Comércio Externo**. Luanda, 2015. Disponível em: <<https://ine.gov.ao/publicacoes/comercio-internacional-categoria/285-estatistica-de-comercio-externo>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

INTERNACIONAL ENERGY AGENCY. Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2019

JIANGLAN, Yang e JIE, Wang. **A Análise da Mudança Demográfica da China**. In: DWYER, Tom et al. (Orgs.). *Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. Cap. 2, p.79-94. Disponível em: [repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9060/1/Análise%20da%20dinâmica.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9060/1/Análise%20da%20dinâmica.pdf). Acesso em: 02 abr. 2019.

KAH, Henry K. **Governança de Recursos, Conflito e Insegurança no Golfo da Guiné no século XXI**. Revista Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 8, n. 15. Jul-dez 2012. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/549>>. Acesso em: 08 jul. 2019.165-191p.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua: tradução Marco Zingano*. Porto alegre, RS: L&PM, 2008. 96p.

MEIERDING, Emily. **La Sécurité Énergétique et L’Afrique Subsaharienne**. Revue Internationale de Politique de Développement. Graduate Institute Geneva, n.2, 2011. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/poldev/692>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MINGST, Karen A e ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 353p.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093p. (Clássicos IPRI).

RYSDYK, Janaína. **A Política Externa Chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Porto Alegre: 2010. 120p.

SARAIVA, José F. S. **A África no Século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015. 147p.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. 424p.

VERÍSSIMO, Gilberto P. **A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da universidade de Lisboa, 2014. 412p. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8122>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013. 240p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)**. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 123-137. Disponível em: < [books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-10.pdf](http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-10.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2019.

WILSON, WOODROW. **President Woodrow Wilson's 14 Points**. Message to Congress, January 8, 1918. Disponível em <https://www.ourdocuments.gov/doc>. Acesso em: 02 jun. 2019.

WINGE, M. Et Al. **Glossário Geológico Ilustrado**. 2001. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/>>. Acesso em: 07 jul.2019.

## ANEXOS

## ANEXO A – Mapa da Região do Golfo da Guiné



Figura 2: Mapa da Região do Golfo da Guiné

Fonte: [www.deepseawaters.com/Gulf\\_of\\_Guinea.htm](http://www.deepseawaters.com/Gulf_of_Guinea.htm)

## ANEXO B – Produção de Petróleo na Angola e Nigéria

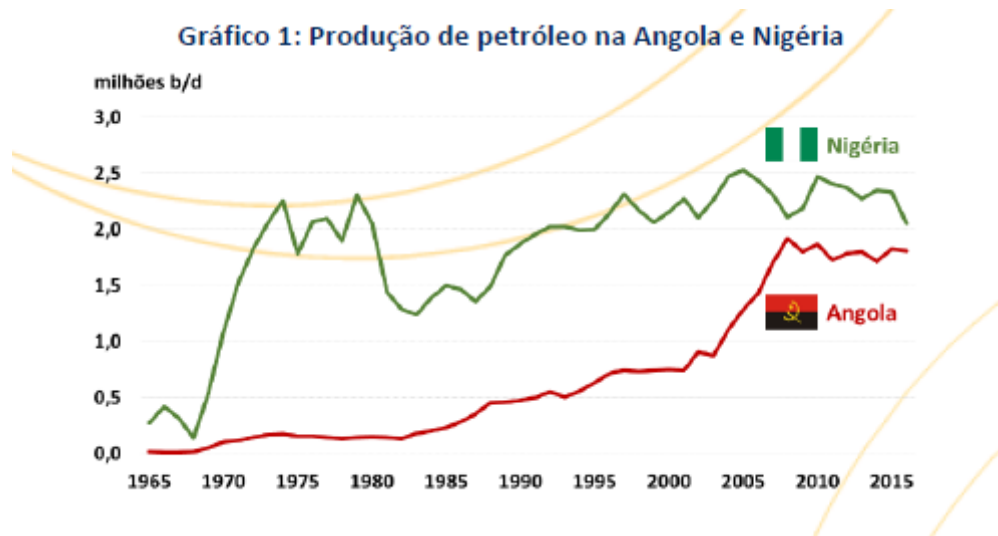


FIGURA 2: Produção de Petróleo na Angola e Nigéria

Fonte: Boletim de Conjuntura da Indústria do Petróleo (2017).

## ANEXO C – Maiores Consumidores de Petróleo e Gás

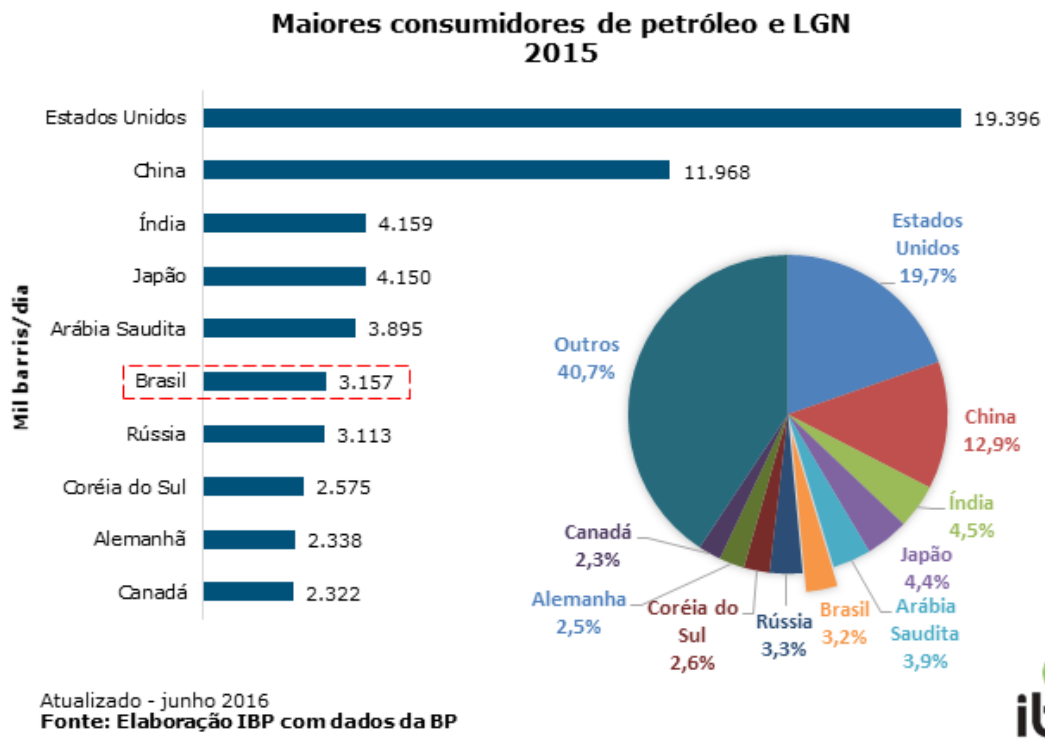


Figura 3: Maiores Consumidores de Petróleo e Gás

Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2016)

## ANEXO D –Proporção de Distribuição das Populações Cidade-Campo

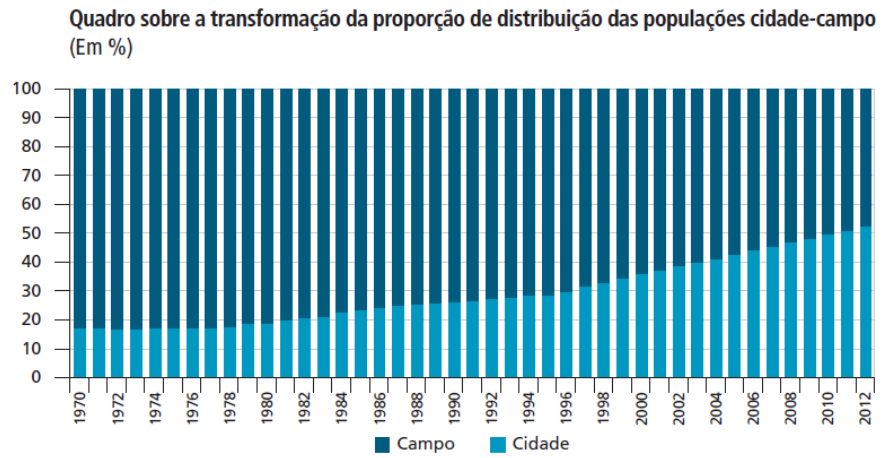


Figura 4: Quadro de Transformação da Proporção de Distribuição das Populações Cidade-Campo

Fonte: Jianglan e Jie (2016)